

Técnicos do Governo sugerem moratória parcial

DIVISÃO EXTERNA

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — O Governo não pode pagar integralmente os encargos financeiros (juros e taxas adicionais) da dívida externa no próximo ano, porque o custo deste compromisso, de US\$ 9 bilhões (Cz\$ 135 bilhões aproximadamente), seria o desemprego, o achamento salarial e a recessão econômica, inconcebível pelo Presidente José Sarney.

Esta é a conclusão de estudos técnicos realizados nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que sugerem a adoção de uma moratória parcial caso o Brasil não consiga chegar até janeiro um acordo satisfatório para reescalonar a dívida quando sentar na mesa para as negociações com os bancos credores.

Esses estudos mostram que uma economia das dimensões da brasileira não pode continuar superávits comerciais tão elevados, sem custos sociais indesejáveis. Em 85, o

Brasil registrou o terceiro maior superávit mundial, situando-se atrás apenas do Japão e Alemanha. O percentual das exportações em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ficou acima dos apresentados pelo Japão e pela Alemanha, o que revela o nível das transferências para o exterior. A moratória parcial e temporária é a solução que o governo vislumbra para problemas do estrangulamento externo, como a vertiginosa queda das reservas internacionais. E internos, que é a necessidade primeira de manter o crescimento econômico. Soma-se a esses problemas outro talvez de maior preocupação, que é a perda do apoio popular, enfrentada pelo presidente José Sarney e sua equipe, depois do ajuste do Plano Cruzado. Pressionado pela equipe econômica de um lado e pelo partido majoritário no Congresso, o PMDB, de outro, o presidente dificilmente encontraria uma solução mais abrangente para a situação política e sócio-econômica.